



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
REITORIA

DISCURSO DO REITOR

POR OCASIÃO DO

43.º ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia
(em representação de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores)

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada,

Senhora Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores

Senhor Presidente da Direção da Associação Académica da Universidade dos Açores

Digníssimas Autoridades Civas, Militares e Religiosas

Ilustres convidados

Autoridades Académicas

Senhores Doutores, caros colegas

Trabalhadores não docentes e não investigadores da Academia,

Caros Estudantes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Meus Amigos

Saúdo a presença de todos vós na cerimónia solene que assinala a celebração do 43.º Aniversário da Universidade dos Açores, num cumprimento que dirijo, não só aos presentes aqui na Aula Magna, no *campus* universitário de Ponta Delgada, mas também aos que nos seguem por videoconferência, nos *campi* universitários de Angra do Heroísmo e da Horta.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

Saúdo igualmente aqueles que assistem a esta cerimónia via WEB, ou que numa qualquer outra altura queiram reviver este momento através da Internet, fruto do interesse em acompanhar as nossas atividades e melhor conhecer a nossa realidade.

Neste momento umas breves palavras para lembrar os membros da comunidade académica que nos deixaram recentemente e a quem devemos um valioso contributo na construção da nossa Universidade. Recordo, com saudade, os docentes Carlos Ventura, Casimiro Rodrigues, Adelaide Freitas, Joaquim Rocha e Carlos Cordeiro, o técnico dos SASE António Gonçalves, e ainda Artur Cunha de Oliveira e Eduardo Moura, obreiros dos alicerces da nossa Academia. A estes, acrescento os nomes dos estudantes Miguel Cosme e Patrícia Melo. Não vos esqueceremos!

A celebração deste aniversário ocorre num momento em que o Ensino Superior em Portugal, como aliás acontece noutros sectores da sociedade, passa por significativas dificuldades. Tal constatação levou o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas a organizar uma Convenção destinada a promover uma profunda reflexão em torno do Ensino Superior. Com tal iniciativa, pretendem os reitores sensibilizar a sociedade e mobilizar o Governo para os principais problemas com que se debate o Ensino Superior, uma necessidade que, só por si, revela bem o momento que atravessamos.

De entre as várias questões que se colocam, a do subfinanciamento, não sendo nova, sobressai pela dimensão que atinge e pelas implicações que tem. Como é sabido, em Portugal, o financiamento do Estado por aluno no Ensino Superior situa-se muito abaixo da média da OCDE e da União europeia. Em resultado disso, entre outros aspetos, assiste-se ao envelhecimento das Academias, quebra-se a corrente que caracteriza as escolas de pensamento, degradam-se instalações e infraestruturas, as instituições são incapazes de acompanhar a galopante evolução tecnológica que vivemos, e é deficiente a melhoria da qualidade dos serviços prestados, tão necessária para se responder à pressão do mercado de formação superior onde a concorrência é hoje global.

Continuar a pedir às famílias que suportem a fatia que o Estado não consegue garantir, não só não é solução, dadas as dificuldades económicas que também elas enfrentam, como é contraproducente, pois não permite aumentar o número de estudantes que prosseguem



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

estudos no Ensino Superior. Acreditar, por outro lado, que o investimento privado vai resolver o problema é não querer admitir que em Portugal o sector não tem capacidade para tal.

No quadro das grandes restrições financeiras que o país continua a viver, não se vislumbra, pois, uma solução fácil, nem imediata, para a questão do subfinanciamento. Mas é imprescindível que se defina, pelo menos, uma política coerente e realista para a renovação do Ensino Superior, capaz de garantir a implementação de um projeto estratégico sustentável e, para tal, de carácter plurianual. Numa área tão estruturante para o país é necessário que se estabeleça um pacto de regime que permita ao sector beneficiar de um plano de desenvolvimento estável e duradouro, mesmo que modesto dados os poucos recursos financeiros existentes. É que os problemas de ordem financeira estão a dar lugar a uma preocupante onda de descrença, realidade que coloca em causa o próprio futuro das instituições e do sistema de ensino nacional.

Não deixa de ser paradoxal que tal descrença se verifique no preciso momento em que a mensagem é a de um país diferente para melhor, no qual as instituições podem contar com recursos que não tinham e as pessoas podem auferir de serviços e de outros benefícios que há tanto almejavam. O discurso de alguns políticos, os acordos de princípios e as medidas legislativas fluem neste sentido, e tudo parceria efetivamente bem, não fosse a realidade demonstrar o contrário. É que quando o Estado, pessoa de bem, não cumpre aquilo a que se compromete, as instituições ficam órfãs, e as pessoas, essas, porque impotentes, deixam de acreditar.

No caso particular do Ensino Superior, atente-se no que está a passar-se com a aplicação do contrato para a legislatura que o Governo da República assinou em 2016 com todas as universidades e institutos politécnicos, e que professava um “Compromisso com a Ciência e o Conhecimento”. Nesse contrato, assinado por quatro ministros na presença de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, o Governo da República comprometeu-se a transferir para as instituições de ensino superior as verbas necessárias para cobrir o aumento de todas as despesas que decorressem de alterações legislativas. Comprometeu-se, mas não tem cumprido, e as medidas legislativas sucedem-se a um ritmo sem precedentes, sem que alguém estude o respetivo impacto financeiro para perceber que não há qualquer possibilidade de as implementar sem que os orçamentos sejam reforçados. Conhecendo a



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

realidade, é fácil perceber que não há capacidade financeira para o tanto que se oferece, mas isso não parece incomodar quem governa, ou pelo menos, quem legisla.

Costuma dizer-se que o cobertor é curto para o colchão que tapa. Mas a situação agrava-se, quando o cobertor é sempre o mesmo e o colchão cada vez maior.

A Lei do Orçamento de Estado para 2018 determinou o pagamento das valorizações remuneratórias ao pessoal de carreira (docentes, investigadores e pessoal não docente e não investigador). Acontece que, desrespeitando os termos do referido contrato, o Governo da República só transferiu para as Universidades cerca de 40% da verba necessária para fazer face a tal obrigação. Mesmo assim, no final do ano, e com verbas próprias, a Universidade dos Açores procedeu à regularização de todas as situações relativas às valorizações remuneratórias. Mas tal só foi possível porque os 150 mil euros que a instituição tinha disponíveis para pagar ao Estado a última prestação do empréstimo contraído em 2012 foram utilizados para pagar aos trabalhadores da Academia o que lhes era devido. Sem reforço orçamental era uma questão de opção. E a opção foi a de ficarmos a dever ao Estado o mesmo que o Estado nos deve a nós. Isto para não falar no facto de o Governo da República, pelo segundo ano consecutivo, não ter suportado o saldo da dívida do referido empréstimo como se havia comprometido na anterior legislatura.

Mas a situação em 2019 avizinha-se ainda mais crítica. Por força de alterações legislativas igualmente registadas no ano passado, a Universidade dos Açores apresentava logo à partida para 2019 um orçamento deficitário em cerca de 800 mil euros, necessitando de uma receita extraordinária de 260 mil euros para dar continuidade ao processo de pagamento das valorizações remuneratórias, de cerca de 180 mil euros para contratar os investigadores que se encontram abrangidos pelo programa de estímulo ao emprego científico e mais de 350 mil euros para garantir a aplicação do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública. Tudo despesas decorrentes de alterações legislativas.

O problema não fica, contudo, por aqui, atendendo às novas disposições que constam da Lei do Orçamento de Estado para 2019. Neste domínio, surgem novas determinações que vão provocar o aumento de despesa, como acontece com a obrigatoriedade de se pagar um subsídio de insularidade a trabalhadores da Universidade, ou de se proceder a pagamentos com retroativos a 1 de janeiro de 2018, a trabalhadores que tenham consolidado a sua



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

mobilidade em 2017! Não está em causa a bondade das medidas, mas como pode a Universidade suportar tais custos se não houver reforço orçamental??

Como se tudo isto não fosse já de si preocupante, a Lei do Orçamento de Estado para 2019 vem também reduzir as receitas próprias das instituições de ensino superior. Com base numa medida que em nada beneficia os estudantes que efetivamente precisam, tal lei determina a redução das propinas sem explicar como vai equilibrar os orçamentos. Apoio a abolição progressiva das propinas no Ensino Superior, mas o Estado tem de garantir às instituições, integralmente e numa mesma base, a respetiva compensação financeira.

Acontece que em matéria de redução de receitas a Lei do Orçamento de Estado vai mais longe. Para além do já referido, pasme-se, obriga as instituições de ensino superior a transferir para o Estado 20% das receitas que obtenham por via da cedência de espaços a entidades terceiras e que, até à data, eram a única fonte de rendimento para se conseguir garantir a respetiva manutenção!

A autonomia das instituições de ensino superior sempre foi o argumento utilizado pelos sucessivos Governos para que universidades e institutos politécnicos se responsabilizassem pelas despesas não suportadas pelo Orçamento de Estado. Neste contexto, importa sublinhar que as universidades e os institutos politécnicos são, porventura, as únicas instituições da Administração Pública cujas transferências do Orçamento de Estado não cobrem a totalidade dos encargos com o pessoal de carreira. Mas num verdadeiro atentado à autonomia das instituições de ensino superior, hoje não só lhes é limitada a possibilidade de gerar receitas próprias, como lhes é condicionado o poder de decidir como as aplicar.

Em síntese, 2018 foi um ano difícil, mas sem uma outra atitude do Governo, 2019 será um ano de ainda maiores dificuldades. Quero, a propósito, deixar uma palavra de reconhecimento à generalidade dos docentes, investigadores e demais trabalhadores da nossa Academia, pela compreensão que têm demonstrado num quadro de tantas restrições e pela forma abnegada e desinteressada como cumprem as suas funções. Só juntos e com um elevado sentido institucional poderemos dar continuidade ao projeto Universidade dos Açores.

Ao começar a redigir o texto para esta intervenção, não era minha intenção deter-me tanto tempo nas questões de ordem financeira. Mas com o correr da pena, as preocupações e



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

inquietações foram-se acumulando, e entendi ser meu dever dar nota da realidade que se esconde por detrás das aparências, para melhor se perceber o esforço que é necessário despendido diariamente para manter o projeto que tanto custou aos nossos antecessores criar e desenvolver.

Ao longo de mais de quatro décadas de existência, a Universidade dos Açores tem mostrado grande resiliência para responder às dificuldades com que se depara e aos novos desafios que se lhe colocam. Apesar de todas as dificuldades, é neste registo que vos digo que vamos continuar.

Debrucemo-nos, pois, sobre os projetos que pretendemos abraçar em 2019.

No campo do ensino, e no que respeita ao pessoal docente, vamos prosseguir a meta de 9 elementos por área departamental, e pela primeira vez nos últimos sete anos vamos proceder à abertura de concursos, na vertente universitária, para professores catedráticos e associados. Esta é uma prioridade que temos de assumir para preparar a Academia para as exigências legais que se adivinham e que brevemente farão depender a acreditação de cursos da existência de massa crítica ainda mais qualificada. A abertura de concursos para este fim foi no passado, e será certamente no futuro, motivo de alegria para uns, e de insatisfação para outros. Mas independentemente das prioridades, deixo aqui a certeza de que é nosso objetivo caminhar no trajeto de convergência que consta do plano de ação para este mandato.

Ainda no domínio do ensino vamos proceder à segunda fase de revisão da nossa oferta letiva, e em especial, dos planos de estudo dos diversos cursos. Esta é uma área onde podemos e devemos ser mais eficientes, adequando a oferta à procura e aos recursos de que dispomos para garantir um ensino de qualidade. A existência de ramos em cursos de primeiro ciclo, sem procura que o justifique, a inclusão de unidades curriculares optativas que obrigam à sobrecarga desnecessária e ineficiente de serviço docente, e a estabilidade no que respeita à distribuição das regências, da docência e dos horários são algumas das próximas prioridades, agora que se encontra em fase final o processo de definição das áreas científicas de coordenação disciplinar.

Mas é também necessário que o ensino no primeiro ciclo seja prioritariamente assegurado por docentes de carreira, por se tratar de um ensino regular onde a docência é uma



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

necessidade permanente, ao invés do que se pode adotar para o segundo e terceiro ciclos, os quais, garantida a necessária viabilidade financeira, podem e devem abrir-se à colaboração de personalidades e peritos de mérito reconhecido. A diferenciação do ensino com valências orientadas para as competências que a Universidade possui no domínio das mais diversas questões insulares, marítimas e Atlânticas, a aposta em pós-graduações para dar corpo à aprendizagem ao longo da vida ativa, a oferta de cursos em língua estrangeira, a preparação de ofertas de ensino à distância, e a orientação das unidades curriculares para um modelo de ensino superior que, num futuro próximo, virá certamente a basear-se na flexibilização do currículo dos cursos, são outros dos desafios que se vão colocar às faculdades e escolas.

Nesta matéria, uma última palavra para sublinhar que a Universidade não pode ser refém da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. A autonomia universitária, já de si tão fragilizada, e o nosso próprio projeto de desenvolvimento, não podem ser colocados em causa por decisões que não olham à realidade da instituição e muito menos se preocupam com as necessidades e especificidades da região em que nos inserimos. Discordamos, em absoluto, dos termos em que se processa a acreditação de cursos pela A3ES, ela própria refém de um projeto de Ensino Superior esgotado, ainda que concordemos com o objetivo que a justifica, assente na necessidade de se garantir e melhorar a qualidade do ensino.

No que respeita à investigação científica, 2019 será o ano da conclusão do processo de avaliação internacional coordenado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Para além das unidades de investigação da Universidade que já integram o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, é nosso objetivo acreditar neste processo o Centro de Biotecnologia dos Açores, hoje sediado no parque tecnológico da ilha Terceira, e o Centro Okeanos. Da acreditação deste último, aliás, muito depende a estratégia de desenvolvimento do nosso polo da Horta. Como tenho defendido, o Centro Okeanos deve ser o embrião de um futuro Instituto de Investigação para as Ciências do Mar, a constituir como unidade orgânica de investigação da Universidade dos Açores, a par do Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos, em Ponta Delgada, e do Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente, em Angra do Heroísmo.

Ao nível do corpo de investigadores da Universidade há que aguardar o desfecho da aplicação dos programas de estímulo ao emprego científico e da integração de precários, ambos



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

dependentes, pelas razões já aduzidas, do necessário reforço orçamental. A contratação de doutorados é particularmente premente nas áreas dos institutos de investigação, cuja condição orgânica exige um corpo de investigação próprio. Efetivamente, a contratação de bolseiros, investigadores e técnicos de investigação ao abrigo de projetos ou serviços, como ainda recentemente proposto pelo Governo Regional para o caso das Ciências do Mar, é uma mais-valia para o desenvolvimento das unidades de investigação, mas corresponde, apenas, a uma solução de curto prazo. Na verdade, tal não satisfaz as necessidades permanentes da Academia, nem garante a estabilidade desejada aos próprios investigadores.

No que se refere à transferência de conhecimento, mais concretamente à ligação das unidades de investigação ao sector empresarial, a Universidade dos Açores vai continuar a colaborar com o Governo Regional no processo de desenvolvimento dos parques tecnológicos Nonagon, em S. Miguel, e Terinov, na Terceira, numa parceria que desejamos ver aprofundada. Paralelamente, será inaugurada, no *campus* de Ponta Delgada, a primeira incubadora de empresas da Universidade, no âmbito da qual se fomentará a criação de empresas de base tecnológica com a marca UAc.

A extensão cultural constitui outra das áreas em que a Universidade dos Açores vai continuar a apostar. Manteremos, neste contexto, os projetos da Biblioteca, Arquivo e Museu, da Academia Júnior e da Academia Sénior, e através do Centro de Formação Complementar continuaremos a garantir cursos breves e ações de formação à comunidade universitária e ao público em geral.

Fruto de um outro projeto recentemente aprovado para financiamento pela Fundação Calouste Gulbenkian, e com o apoio do Governo Regional, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, da Câmara Municipal de Lagoa e da Fundação Gaspar Frutuoso, que aqui publicamente agradeço, pretendemos lançar as sementes do que poderá vir a constituir-se como uma Academia das Artes, dando outra orientação ao desejo da Universidade em dar formação nesta área. Perseguiamos o sonho da ilustre escultora micalense Luísa Constantino e esperamos contar com o apoio da sociedade e do poder político para o poder materializar ao longo do presente mandato.

Já no que se refere ao desporto vamos criar um conselho consultivo constituído por atletas, ex-atletas e outros agentes desportivos da Região, certos de que se trata de um domínio onde



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

tudo temos para aprender. No entanto, estamos a formalizar importantes parcerias visando garantir, entre outros aspetos, a partilha de instalações e espaços com outras entidades. Relevo, neste contexto, a disponibilidade da Câmara Municipal de Ponta Delgada para colocar o campo de futebol Jácome Correia à disposição da comunidade académica e o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a quem devemos a construção do ringue desportivo que hoje existe no *campus* de Angra do Heroísmo.

De entre os nossos mais recentes sucessos, relevo o facto de a Universidade dos Açores ter sido a primeira instituição de ensino superior do país a ter o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado em todas as dimensões pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER), no âmbito da norma NP EN ISO: 9001:2015. No mesmo sentido recebemos a acreditação pela A3ES no âmbito do processo de avaliação institucional.

A qualidade é, efetivamente, uma das prioridades do Plano de Ação da Academia para o período 2018-2022, e a obtenção de tal certificação, que muito nos honra, é apenas o princípio de um processo de melhorias que se pretende constante. Efetivamente, 2019 vai ser um ano de grande trabalho a este nível, sendo imperativo efetivar o funcionamento do nosso Sistema Interno de Garantia da Qualidade para assegurar a continuidade da acreditação institucional junto da A3ES.

Para a qualidade da Universidade contribui, naturalmente, a qualidade dos seus trabalhadores e serviços, cujas atividades são injustamente reduzidas a uma expressão mínima e distorcida quando analisadas no âmbito do processo de avaliação vigente. Em 2019 vamos introduzir novas regras para a contabilização do serviço prestado por cada um e desenvolver um novo sistema de avaliação de desempenho para os docentes e investigadores, o qual vai considerar, em igualdade de circunstâncias, as atividades de ensino, de investigação, de extensão cultural e de gestão académica. A Universidade precisa de tudo e de todos.

Por fim, referir que a qualidade da Universidade depende também das condições das instalações e das infraestruturas necessárias ao desempenho da sua missão. O esforço da Academia a este nível está à vista de todos, e só as limitações de ordem financeira nos impedem de andar a outro ritmo. Depois da distribuição e afetação de áreas às diferentes estruturas universitárias, estamos concentrados na melhoria das condições de acesso dos estudantes com necessidades especiais de mobilidade, e vamos iniciar a reorganização dos



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

parques de estacionamento e das zonas exteriores de lazer nos diversos *campi* universitários. Gradualmente, daremos continuidade à substituição dos antigos e dispendiosos sistemas de iluminação, e dentro das possibilidades procuraremos continuar a renovar o nosso parque informático e aplicacional. Neste contexto, em 2019 entra em funcionamento um novo sistema informático de gestão académica, será iniciado o processo de construção do novo portal da Universidade na WEB, incluindo áreas para todas as estruturas universitárias, e procuraremos reestruturar o sistema informático de apoio à Biblioteca, Arquivo e Museu.

Neste domínio não posso deixar de lamentar que a Universidade dos Açores, dada a sua localização geográfica, continue impedida de concorrer aos programas operacionais nacionais que apoiam tais iniciativas, como o fazem as suas congéneres do continente. Assim, reitero junto do Governo Regional a necessidade de este abrir Avisos que permitam à Universidade concorrer a fundos para a aquisição de equipamentos e de *software* específico, assim como para o desenvolvimento de aplicações WEB, entre outras.

Senhor Secretário Regional,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhora Presidente do Conselho Geral

Senhor Presidente da Direção da Associação Académica

Minhas Senhoras e meus Senhores

Independentemente das dificuldades financeiras a que fiz referência a Universidade dos Açores tem de continuar firme nos seus objetivos, pois, sem qualquer modéstia, todos reconhecerão que disso também depende o futuro da Região.

E, neste sentido, permitam-me que volte a sublinhar que nos preocupa o facto de cada vez existirem menos alunos a prosseguir estudos no Ensino Superior nos Açores. As elevadas taxas de insucesso e de abandono escolar, e especificidades de ordem demográfica e



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

geográfica, estão silenciosamente a hipotecar o nosso amanhã. Importa ter consciência de que apenas cerca de 30% dos jovens açorianos com idade para tal prosseguem estudos superiores, e metade fá-lo fora dos Açores.

A manter-se este cenário, o número de quadros superiores nos Açores vai diminuir, a população jovem qualificada vai ser cada vez menor, e o desenvolvimento económico e o bem-estar social vão ressentir-se de tal facto. É do futuro de todos que se trata, pois o motor da economia assenta na formação superior, no conhecimento e na inovação, e a empregabilidade dos jovens licenciados, é a que apresenta maiores taxas de sucesso permitindo simultaneamente melhores condições de vida.

Urge, pois, atrair mais jovens açorianos para o Ensino Superior. Uma das medidas que defendemos tem de ser adotada a nível nacional, e passa por permitir que as instituições de ensino superior possam ter mecanismos próprios para a seleção de estudantes, assim se flexibilizando e modernizando o atual modelo de ingressos. Tais mecanismos permitiriam que potenciais estudantes, acompanhados e em tempo útil, descobrissem ou consolidassem certezas no que respeita aos seus interesses e vocação, evitando as situações de desmotivação, desistência, insucesso e abandono que uma opção errada e prematura pode ter no futuro de cada um.

Outra das apostas tem de residir na captação de estudantes internacionais, não só pela novidade e vitalidade que podem trazer ao sistema, mas pelo facto de poderem compensar a falta daqueles que preferem estudar fora da Região e que mais dificilmente um dia regressarão.

Esta realidade não está muito longe da observada no país, onde as Universidades estão igualmente a apostar na captação de estudantes internacionais. Mas para isso beneficiam de fundos ao abrigo de programas operacionais nacionais, aos quais a Universidade dos Açores também não pode aceder dada a sua localização geográfica. Como referi para o caso das tecnologias e da modernização administrativa, também no campo da internacionalização do ensino é necessário que o Governo Regional disponibilize fundos para que a Universidade dos Açores possa competir com as suas congéneres em pé de igualdade.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

E ao falar da nossa situação relativamente a outras instituições do continente, não posso deixar de voltar à questão dos sobrecustos da insularidade e da ultraperiferia, assim como dos que resultam da nossa estrutura tripolar, distinta da de outras universidades devido à nossa descontinuidade territorial.

Por proposta da Universidade dos Açores, materializada pelos deputados socialistas dos Açores na Assembleia da República, na Lei do Orçamento de Estado para 2019 faz-se pela primeira vez referência à necessidade de se promover um estudo que permita quantificar os sobrecustos das universidades insulares. Ao fim de mais de quatro décadas, é pelo menos o reconhecimento político de que existem assimetrias, e tudo faremos, em estreita colaboração com a Universidade da Madeira, para que tal estudo possa refletir a nossa realidade.

Já no que se refere à tripolaridade a situação continua sem ser devidamente considerada e, impotentes, assistimos uma vez mais à aprovação de orçamentos, a nível nacional e regional, que não fazem justiça ao papel desta sua Universidade.

Embora o discurso que agora findo esteja carregado de preocupações, não quero terminar sem vos dizer que é com a mesma força e empenho do início que iremos lutar pela implementação das propostas que defendemos e encontrar soluções para os problemas que se nos colocam.

Agradeço a presença de todos vós, nesta data tão relevante para a nossa instituição.

Agradeço em particular ao Conservatório Regional de Ponta Delgada, a qualidade de mais uma atuação na nossa Universidade.

Agradeço, por fim, a todos os nossos colaboradores que garantiram a logística da presente cerimónia, endereçando uma palavra especial, aos nosso estudantes.

A todos Muito Obrigado!

À Universidade dos Açores os Parabéns!

Disse.